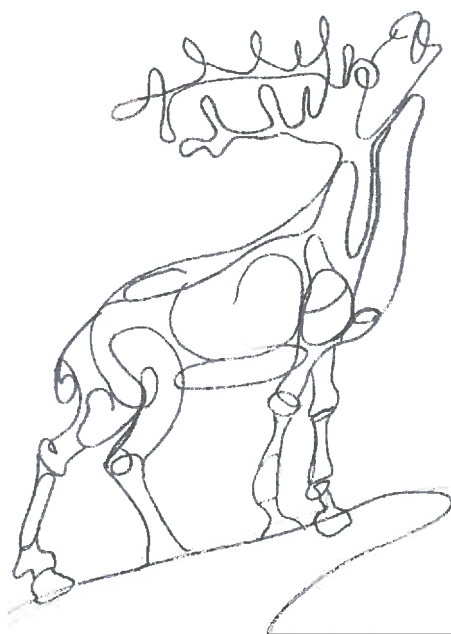




CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS



Caderno de Encargos

AJUSTE DIRECTO

Aquisição de Serviços para “Noites de Fados 2019”



Índice

Cláusula 1. ^a - Objecto	3
Cláusula 2. ^a - Contrato.....	3
Cláusula 3. ^a - Descrição do objeto do contrato.....	3
Cláusula 4. ^a - Local de prestação dos serviços.....	3
Cláusula 5. ^a - Prazo	4
Cláusula 6. ^a - Obrigações do Adjudicatário	4
Cláusula 7. ^a - Obrigações da Entidade Adjudicante.....	5
Cláusula 8. ^a - Objeto do dever de sigilo.....	5
Cláusula 9. ^a - Prazo do dever de sigilo.....	5
Cláusula 10. ^a - Preço contratual.....	5
Cláusula 11. ^a - Condições de pagamento.....	6
Cláusula 12. ^a - Penalidades contratuais.....	6
Cláusula 13. ^a - Força maior.....	7
Cláusula 14. ^a - Resolução por parte da entidade adjudicante.....	8
Cláusula 15. ^a - Resolução por parte do adjudicatário.....	8
Cláusula 16. ^a - Caução.....	8
Cláusula 17. ^a - Seguros.....	8
Cláusula 18. ^a - Foro competente.....	9
Cláusula 19. ^a - Comunicações e notificações.....	9
Cláusula 20. ^a - Contagem dos prazos.....	9
Cláusula 21. ^a - Legislação aplicável.....	9



Cláusula 1.ª

Objeto

O Presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Aquisição de Serviços para “Noites de Fados 2019”**, nos termos do Código dos Contratos Públicos (doravante designado abreviadamente por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e sucessivas alterações.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificado pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. A Entidade Adjudicante pode excluir expressamente do contrato os termos ou condições constantes da proposta que se reportem a aspetos de execução do contrato não regulamentados pelo presente Caderno de Encargos e que não sejam estritamente necessários à sua execução, ou sejam considerados desproporcionados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. Os aditamentos ao contrato devem estabelecer a sua própria prevalência relativamente aos restantes documentos.

Cláusula 3.ª

Descrição Técnica do Objeto do Contrato

O objeto do contrato consiste na aquisição de serviços de apresentação de 02 (dois) concertos de música, no âmbito do evento “Noites de Fado”, com as seguintes especificidades:

Concerto com Camané e Mário Laginha

- a) Data da apresentação: 20 de julho de 2019, às 22 horas;
- b) Local de realização: Auditório Municipal, em Vila Nova de Cerveira;

Concerto com Maria Ana Bobone e Marco Rodrigues

- a) Data da apresentação: 27 de julho de 2019, às 22 horas;
- b) Local de realização: Auditório Municipal, em Vila Nova de Cerveira;

Cláusula 4.ª

Local de Prestação dos Serviços

Os serviços deverão ser prestados nos locais indicados pelo Município de Vila Nova de Cerveira, nomeadamente no Auditório Municipal.



Cláusula 5.ª

Prazo

1. O prazo de execução do objeto do contrato decorre desde a data da sua assinatura até 27 de julho de 2019, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. Se por motivos de força maior, de caráter imprevisível e conseqüentemente incontrolláveis, nomeadamente causas que se prendam com condições climáticas adversas cujo desfecho torne de todo impossível realizar no dia, no local e à hora marcada os eventos objeto do contrato, tendo em conta a natureza e o fim a que os mesmos se destinam, o Adjudicatário deve garantir, em data posterior, preferencialmente no mês de agosto do corrente ano, e após aval dos responsáveis da Entidade Adjudicante, a realização dos serviços objeto do contrato, cumprindo em tudo o previsto no presente caderno de encargos, sem o direito a qualquer custo para além do previsto na cláusula 10.ª.

Cláusula 6.ª

Obrigações do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a) Garantir a realização do espetáculo musical “Noites de Fado”, com os seguintes artistas e nos seguintes termos:
 - Camané e Mário Laginha, no dia 20 de julho de 2019 às 22h00, no Auditório Municipal de Vila Nova de Cerveira;
 - Maria Ana Bobone e Marco Rodrigues, no dia 27 de julho de 2019 às 22h00, no Auditório Municipal de Vila Nova de Cerveira;
 - b) Coordenação artística e técnica do espetáculo, incluindo os arranjos e direção musical;
 - c) Garantir a boa execução técnica do espetáculo e com a qualidade artística necessária, assegurando a participação dos artistas e de todos os elementos indispensáveis à sua realização, suportando os respetivos custos;
 - d) Garantir que é o principal interlocutor entre os intervenientes no espetáculo e a Entidade Adjudicante, ficando a seu cargo todos os contactos e fornecimento de informação para a preparação do mesmo;
 - e) Garantir a presença das suas equipas técnicas e artísticas, bem como de todos os materiais exigidos pelos espetáculos e da sua responsabilidade, obrigatoriamente a tempo da realização de um ensaio técnico corrido antes dos espetáculos;
 - f) Garantir o sistema de som e iluminação e os respetivos custos;
 - g) Pagar o cachet dos artistas, músicos e técnicos;
 - h) Assegurar a deslocação de músicos, técnicos e artistas.
 - i) Assegurar as despesas com os caterings nos camarins;
 - j) Assegurar as despesas com estadias;
 - k) Obrigação de garantia dos serviços identificados na sua proposta.
- 2 A título acessório, o Adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, informáticos e demais meios que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.



Cláusula 7.ª

Obrigações da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a Entidade Adjudicante as seguintes obrigações principais:

- a) Pagar 50% do cachet no dia 20 de julho, aquando da realização do primeiro concerto;
- b) Pagar 50% do cachet no dia 27 de julho, aquando da realização do segundo concerto;
- c) Garantir o espaço de apresentação a partir das 09h30m, do dia dos concertos até à desmontagem, que deverá ocorrer imediatamente após o final das apresentações, caso se justifique e a acordar entre ambas as partes;
- d) Assegurar um palco fixo com as seguintes medidas: largura-15,45m, comprimento-10m, altura 5,6 metros;
- e) Assegurar a energia elétrica: quadro elétrico trifásico com 165 amperes/fase.
- f) Assegurar 2 camarins, cada um deles com os respetivos WC'S, espelho de corpo inteiro, mesas, cadeiras e 1 charriot;
- g) Assegurar a obtenção de todas as licenças e autorizações que se mostrem necessárias à apresentação pública dos espetáculos, nomeadamente junto da Inspeção-geral de Atividades Culturais e da Sociedade Portuguesa de Autores, assumindo os encargos daí decorrentes;
- h) Assegurar a promoção e divulgação dos eventos.

Cláusula 8.ª

Objeto do Dever de Sigilo

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 9.ª

Prazo do Dever de Sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 10.ª

Preço Contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao



Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, ao qual acresce o valor de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior a € 25.750,00 (vinte e cinco mil setecentos e cinquenta euros), ao qual acresce o valor de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante.

Cláusula 11.ª

Condições de pagamento

1. O pagamento do preço a que se refere o artigo anterior será feito por cheque, em condições a definir antes da assinatura do contrato, sendo que deve ser apresentada na proposta uma sugestão de condições de pagamento.

2. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas após a receção pela Entidade Adjudicante das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

3. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a conclusão dos serviços objeto do contrato, de acordo com o previsto no presente caderno de encargos.

4. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque.

Cláusula 12.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento das datas e prazos previstos no presente caderno de encargos, até 30% do preço contratual;

b) Pelo incumprimento de qualquer das obrigações previstas na cláusula 6.ª do presente caderno de encargos, até 30% do preço contratual.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Adjudicatário, a Entidade Adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 30% do preço contratual.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.



Cláusula 13.ª

Força Maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Nenhuma das partes incorrerá em qualquer obrigação de indemnizar, compensar ou ressarcir a outra por quaisquer prejuízos incorridos ou a incorrer para cumprimento das suas obrigações contratuais por força de caso fortuito ou de força maior.
3. Para efeitos dos números anteriores, considera-se caso de força maior, o facto praticado por terceiro pelo qual a parte não seja responsável, direta ou indiretamente, ou que, para a sua verificação, não tenha comprovadamente contribuído, bem como qualquer facto natural, situação imprevisível ou inevitável cujos efeitos se produzam independentemente da vontade ou das circunstâncias pessoais das partes, nomeadamente: tremores de terra, inundações, incêndios e raios que afetem as instalações ou capacidade produtiva das partes, ciclones, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
5. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior que impeçam o cumprimento total ou parcial do contrato ou que impliquem atrasos ou prejuízos na execução do contrato ou o agravamento do seu custo deve comunicar e justificar tais situações à outra parte, indicando o prazo previsível para o restabelecimento da situação.
6. O Adjudicatário deve, no prazo de 8 dias a contar do conhecimento da ocorrência, por correio eletrónico, Fax ou carta registada com aviso de receção, notificar a Entidade Adjudicante da duração previsível do acontecimento e dos seus efeitos na execução do contrato, juntando certificado das entidades competentes que ateste a realidade e exatidão dos factos alegados e oferecendo prova de, em tempo devido, ter esgotado todos os meios para reduzir ao mínimo o atraso e os prejuízos na execução do contrato.
7. Se o Adjudicatário não puder, por razões que não lhe sejam imputáveis, apresentar os certificados referidos no número anterior dentro do prazo aí previsto, deve apresentá-los logo que possível, apresentando igualmente a justificação para tal atraso.



8. O incumprimento pelo Adjudicatário do disposto nos números anteriores implica a sua responsabilidade pelo incumprimento das obrigações contratuais em causa, não podendo invocar os direitos previstos nos números 1 e 2 deste artigo.

9. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.ª

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário.

Cláusula 15.ª

Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses, excluindo juros.

2. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 16.ª

Caução

Não haverá lugar a prestação de caução de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Cláusula 17.ª

Seguros

1. O Adjudicatário é responsável por todos e quaisquer riscos e danos que possam prejudicar ou inviabilizar os serviços objeto do contrato, pelo que deverá subscrever e manter em vigor, durante o período de execução do contrato, apólices de seguros, devendo nomeadamente recorrer à cobertura de contratos de seguros dos seguintes riscos:

- Seguros de acidentes de trabalho;
- Relativos à saúde e à integridade física das pessoas a seu cargo.

2. A Entidade Adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Adjudicatário fornecê-la dentro do prazo indicado.



Cláusula 18.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 19.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 21.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e alterações sucessivas, e demais legislação aplicável.

O presente Caderno de Encargos contém nove folhas, todas numeradas e por mim rubricadas.

Paços do Concelho de Vila Nova de Cerveira, 02 de maio de 2019

O Presidente da Câmara Municipal



João Fernando Brito Nogueira